



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Departamento de Polícia Rodoviária Federal

3ª Superintendência Regional / MS

RELATÓRIO DE GESTÃO

2007

Campo Grande – MS

3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

Superintendente Regional

Valter Aparecido Favaro

Corregedoria Regional

Vera Lucia Cella

Seção de Policiamento e Fiscalização

Luis Sergio Pinheiro Valle

Seção Administrativa e Financeira

Julio Cezar Pizani

Seção de Recursos Humanos

Jucinéa Batista Marinho

SUMÁRIO

1	Identificação.....	08
2	Responsabilidades Institucionais.....	09
2.1	Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	09
3	Estratégia de Atuação.....	19
4	Gestão de Programas e Ações.....	20
4.1	Programas.....	20
4.1.1	Programa 1386- Desenvolvimento Institucional da Polícia Rod. Federal.....	20
4.1.1.1	Dados Gerais.....	20
4.1.1.2	Principais ações do programa.....	21
4.1.1.3	Gestão das ações.....	21
4.1.1.3.1	Ação 1D49 – Construção do Edifício-sede do Departamento de polícia Rodoviária Federal.....	21
4.1.1.3.1.1	Dados Gerais.....	21
4.1.1.3.1.2	Resultados.....	22
4.1.1.3.2	Ação 11MC – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal.....	22
4.1.1.3.2.1	Dados Gerais.....	22
4.1.1.3.2.2	Resultados.....	22
4.1.1.3.3	Ação 1821 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da P.R.F.....	23
4.1.1.3.3.1	Dados Gerais.....	23
4.1.1.3.3.2	Resultados.....	23

4.1.1.3.4 Ação 1835 – Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação..	
4.1.1.3.4.1. Dados Gerais.....	24
4.1.1.3.4.2. Resultados.....	25
4.1.1.3.5 Ação 7061 – Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves p/ Policiamento da Malha Rodoviária.....	26
4.1.1.3.5.1 Dados Gerais.....	26
4.1.1.3.5.2. Resultados.....	27
4.1.2 Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais.....	27
4.1.2.1 Dados Gerais.....	27
4.1.2.2 Principais ações do programa.....	27
4.1.2.3 Gestão das ações.....	28
4.1.2.3.1 Ação 2C78 – Acompanhamento Psicossocial de Servidores do DPRF	
4.1.2.3.1.1 Dados Gerais.....	28
4.1.2.3.1.2 Resultados.....	29
4.1.2.3.2 Ação 2B11 – Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal.....	29
4.1.2.3.2.1 Dados Gerais.....	29
4.1.2.3.2.2 Resultados.....	30
4.1.2.3.3 Ação 2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federal.....	30
4.1.2.3.3.1 Dados Gerais.....	30
4.1.2.3.3.2 Resultados.....	31
4.1.2.3.4 Ação 2723 – Policiamento Ostensivo Nas Rodovias e Estradas Federais.....	31

4.1.2.3.4.1 Dados Gerais.....	31
4.1.2.3.4.2 Resultados.....	32
4.1.2.3.5 Ação 2816 – Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal ...	32
4.1.2.3.5.1 Dados Gerais.....	32
4.1.2.3.5.2 Resultados.....	33
4.1.2.3.6 Ação 4290 – Atividades de Saúde nas Rodovias Federais.....	33
4.1.2.3.6.1 Dados Gerais.....	33
4.1.2.3.6.2 Resultados.....	34
4.1.2.3.7 Ação 4526 – Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais.....	34
4.1.2.3.7.1 Dados Gerais.....	34
4.1.2.3.7.2 Resultados.....	35
4.1.2.3.8 Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	35
4.1.2.3.8.1 Dados Gerais.....	35
4.1.2.3.8.2 Resultados.....	35
4.1.2.3.9 Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública.....	36
4.1.2.3.9.1 Dados Gerais.....	36
4.1.2.3.9.2 Resultados.....	36
4.1.2.3.10 Ação 86A1 – Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal.....	36
4.1.2.3.10.1 Dados Gerais.....	36
4.1.2.3.10.2 Resultados.....	37

4.1.3 Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	37
4.1.3.1 Dados Gerais.....	37
4.1.3.2 Principais ações do programa.....	38
4.1.3.3 Gestão das ações.....	38
4.1.3.3.1 Ação 2000 – Administração da Unidade.....	38
4.1.3.3.1.1 Dados Gerais.....	38
4.1.3.3.1.2 Resultados.....	39
4.1.3.3.2 Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes.....	39
4.1.3.3.2.1 Dados Gerais.....	39
4.1.3.3.2.2 Resultados.....	40
4.1.3.3.3 Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos dependentes dos Servidores	
4.1.3.3.2.1 Dados Gerais.....	40
4.1.3.3.2.2 Resultados.....	40
4.1.3.3.4 Ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados.....	41
4.1.3.3.4.1 Dados Gerais.....	41
4.1.3.3.4.2 Resultados.....	41
4.1.3.3.5 Ação 2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	42
4.1.3.3.5.1 Dados Gerais.....	42
4.1.3.3.5.2 Resultados.....	42
4.1.3.3.6 Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.....	42
4.1.3.3.6.1 Dados Gerais.....	42

4.1.3.3.6.2 Resultados.....	43
5 Desempenho Operacional	44
6 Previdência Complementar Patrocinada.....	49
7 Instituições Beneficiadas por Renúncia Fiscal	49
8 Operações de fundos.....	49
9 Conteúdos Específicos por Unidade Jurisdicionada ou grupo de unidades afins.....	49
Anexo A – Demonstrativo de Tomada de Contas Especiais.....	50
Anexo B – Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades.....	51
Anexo C – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo.....	52
Anexo D – Recomendações de órgãos de Controle.....	53
Anexo E – Demonstrativo de Transferências realizadas no exercício.....	54
Anexo F – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão praticados no Exercício	55
Anexo G - Demonstrativo Sintético de TCE (conforme indicado no item 14 do Anexo II da DN – TCU 85/2007).....	56

1. IDENTIFICAÇÃO

<i>Nome Completo da Unidade e Sigla</i>	<i>3ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/MS - 3ª SRPRF/MS</i>	
Natureza Jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo	
Vinculação Ministerial	Ministério da Justiça	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Constituição Federal – Art. 144 Lei 9.503/97 Código de Trânsito Brasileiro Decreto 1.655/95 de 03 de outubro de 1995 Regimento Interno, aprovado pela portaria Ministerial n.º 1375 de 02 de agosto de 2007	
CNPJ	00.394.494/0123-04	
Nome e código no SIAFI	3.ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/MS - UG 200.128	
Código da UJ titular no relatório	200.128	
Códigos das UJ abrangidas	Não há	
Endereço completo da sede	Rua Antonio Maria Coelho n.º 3033 bairro Jardim dos Estados Campo Grande – MS CEP 79020-908 fone (67) 3325-3600.	
Endereço da página institucional na internet	http://www.dprf.gov.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Segurança Pública	
Tipo de atividade	Segurança Pública	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	3ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/MS	200.128

2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.1 Papel da unidade na execução das políticas públicas

Conforme disposto no art. 75 do Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, as superintendências regionais nos âmbitos das respectivas circunscrições, têm competência para executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

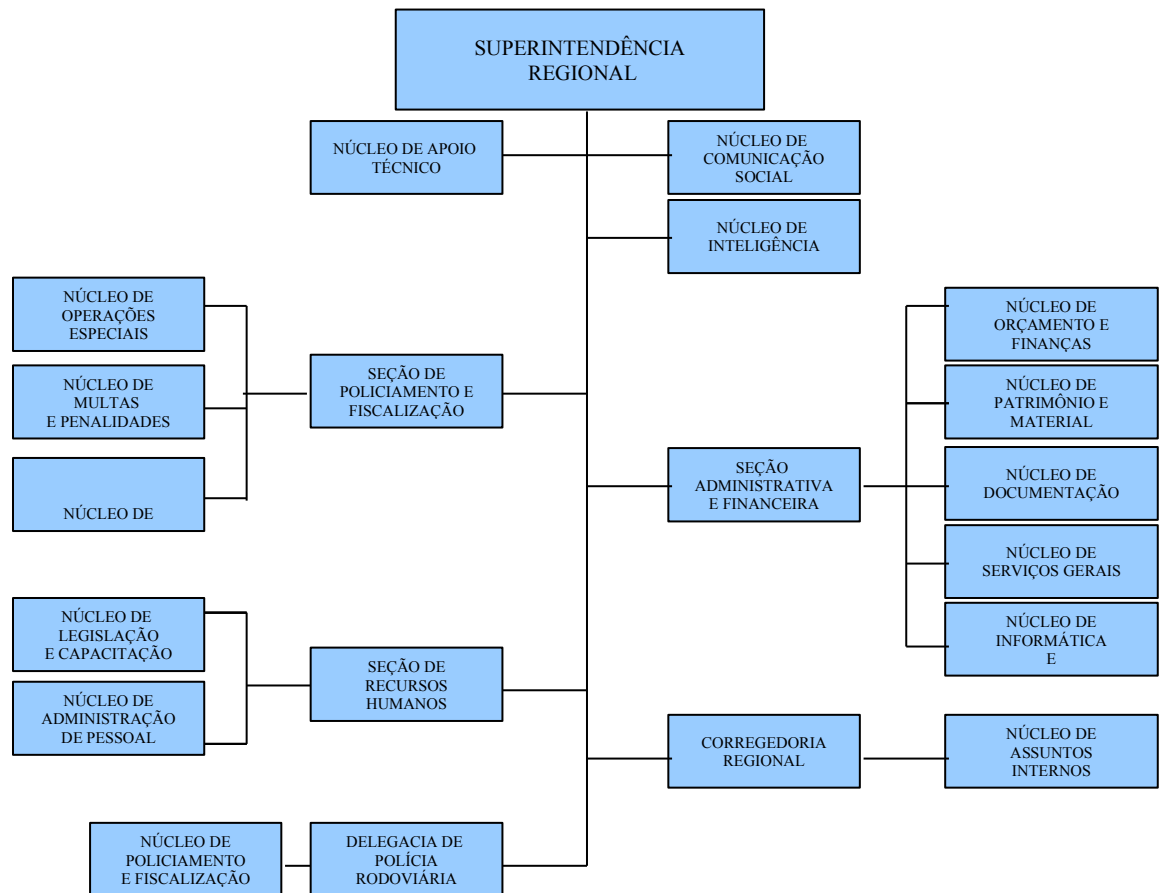
O Departamento de Polícia Rodoviária Federal tem a sua competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, e pelo Regimento aprovado pela Portaria Ministerial nº 1375, de 02 de agosto de 2007.

Assim, além da própria competência constitucional, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, nos termos do Decreto nº 1.655/95 e do Regimento Interno, tem as seguintes atribuições:

- realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, do patrimônio da União e o de terceiros;
- exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;
- aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;
- realizar perícias, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;
- credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escoltas e transporte de cargas indivisíveis;
- assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas; executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado e diplomatas estrangeiros e outras autoridades;

Organizacionalmente, a 3.^a Superintendência Regional de Polícia rodoviária Federal no Estado de Mato Grosso do Sul está estruturada com quatro seções, denominadas de Seção

de Policiamento e Fiscalização, Seção Administrativa e Financeira, Seção de Recursos Humanos e Corregedoria Regional. Vinculadas a essas Seções estão 14 núcleos, conforme Organograma abaixo:



Conta ainda com dez sub-unidades denominadas de Delegacia de Polícia Rodoviária Federal, com 21 postos fixos de fiscalização, assim distribuídos:

DELEGACIA PRF 3/1 – CAMPO GRANDE/MS

POSTO PRF 21 – SAÍDA PARA SÃO PAULO

POSTO PRF TERENOS

POSTO PRF DE JARAGUARI

DELEGACIA E POSTO PRF 3/2 – NOVA ALVORADA DO SUL

POSTO PRF DE RIO BRILHANTE/MS

POSTO PRF DE NOVA ALVORADA DO SUL

DELEGACIA PRF 3/3 – ANASTÁCIO/MS

POSTO PRF DE ANÁSTACIO

POSTO PRF DE GUAICURUS

POSTO PRF PONTE RIO PARAGUAI

DELEGACIA PRF 3/4 – DOURADOS/MS

POSTO PRF DOURADOS

POSTO PRF CAPEÍ

POSTO PRF DE CAARAPÓ

DELEGACIA PRF 3/5 - JARDIM/MS

POSTO PRF GUIA LOPES DA LAGUNA

DELEGACIA 3/6 – COXIM/MS

POSTO PRF COXIM/MS

POSTO PRF DE SÃO GABRIEL DO OESTE/MS

DELEGACIA PRF 3/7 – BATAGUASSU/MS

POSTO PRF BATAGUASSU/MS

POSTO PRF CASA VERDE/MS

DELEGACIA PRF 3/8 – TRÊS LAGOAS/MS

POSTO PRF TRÊS LAGOAS/MS

POSTO PRF ÁGUA CLARA/MS

DELEGACIA PRF 3/9 – PARANAÍBA/MS

POSTO PRF PARANAÍBA/MS

DELEGACIA PRF 3/10 – NAVIRAÍ/MS

POSTO PRF NAVIRAÍ

POSTO PRF DE MUNDO NOVO

A Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal está inserida no cenário das políticas públicas voltadas a segurança e tem como missão a de **Zelar pela Segurança Pública nas rodovias federais no Estado de Mato Grosso do sul.**

No PPA 2004-2007, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal é responsável pelos seguintes Programas Finalísticos: **0663**-Segurança Pública nas Rodovias Federais, **1386** - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e **0750** - Apoio Administrativo. Sendo que o programa 0663 é constituído por 10 ações, o programas 1386 é constituído por 05 ações e o programa 0750 é constituído por 06 ações, estas ações se classificam como projetos/atividades.

Neste contexto, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal é o órgão responsável pela execução orçamentária e a 3.^a Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/MS caracterizada como uma unidade desconcentrada, com responsabilidade pela gestão dos recursos que são descentralizados e classificados dentro dos programas de trabalho e projetos/atividades.

As principais ações desta Superintendência são voltadas para o aumento da segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução do número de acidentes de trânsito e principalmente na diminuição do número de vítimas.

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois representam o elo de integração nacional realmente consolidado pela capilaridade da Polícia Rodoviária Federal presente em todo o país e em contato direto com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução das vitimas de acidentes, pode-se reduzir em milhares de reais, os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma a que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população. Nesse aspecto, verificamos que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser

patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, ao acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento da mercadoria em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade. Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas nossas vias de ligação nacionais e internacionais.

Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural envolvendo também as "artérias" de nosso país e assolando a população em patamares extremamente críticos. O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte - CNT, portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá na rodovia federal. Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de uma local para outro em todo o País e, inclusive, no trânsito internacional.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais - ela ocorre no seio de nossa sociedade. O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a conseqüência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia.

Neste sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado existem programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosa. Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são

utilizados como instrumentos para a execução de praticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc.

Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, freqüentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal.

Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública - é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3500 municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a autosustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

Ao longo de 2007, o DPRF desenvolveu trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais, através de ações educativas,

preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.

A Polícia Rodoviária Federal, por meio do policiamento ostensivo de ronda nos 3.058 km de rodovias federais que cortam o Estado de Mato Grosso do Sul, desenvolveu ações de fiscalização em pontos críticos e assistência e socorro a vítimas de acidentes de trânsito.

O ano de 2007 ficará marcado com um dos mais violentos da última década na questão de acidentes de trânsito. A imprudência foi a principal causa dos acidentes e mortes, visto que a maioria das ocorrências aconteceram em pistas com boas condições de trafegabilidade. Cálculos baseados em estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apontam que o prejuízo com acidentes nas rodovias federais em 2007 custou ao Brasil R\$ 10,6 bilhões.

Apesar da intensificação da fiscalização por parte da PRF, com aumento das multas por excesso de velocidade e aumento do número de flagrantes de alcoolemia ao volante e a emissão de 69.091 autuações contabilizadas, não se conseguiu reduzir o número de acidentes em 2007. Em 2008, o planejamento é intensificar mais ainda a fiscalização, focando o policiamento nos trechos de rodovias mais críticos em ocorrências de acidentes e mortes.

Entre os fatores conjunturais que contribuíram para o aumento dos acidentes de trânsito nas rodovias destacam-se: a crise aérea, que aumentou o tráfego em rodovias nos feriados prolongados, a explosão de vendas de veículos automotores, alavancada pelas baixas taxas de juros e pela dilatação dos prazos de financiamento, colocando em circulação quase quatro milhões de novos veículos, abarrotou as estradas federais, aumentando a probabilidade de acidentes e, por último, a melhoria das condições das rodovias, reforçando paradoxo de que quanto melhores as rodovias, elevam-se de forma exponencial os acidentes devido ao excesso de velocidade.

A Polícia Rodoviária Federal, plenamente integrada ao RENAINF em 2007 (banco de dados que integra todos os Detrans do país), pôs fim à impressão de impunidade que existia nas rodovias brasileiras. Desde o Carnaval, os motoristas infratores flagrados pela PRF recebem suas multas em qualquer lugar do país. Quem não paga, não licencia o veículo.

A seguir, é apresentado quadro comparativo dos resultados de 2006 e 2007 onde se verifica o aumento do índice de acidentes/feridos nas rodovias federais. O referido índice leva em consideração o aumento anual da frota nacional de veículos automotores.

<i>Índice de acidentes</i>	<i>2005</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>
Frota Nacional	42.071.961	45.372.640	49.228.783
Total de acidentes	2.004	1.854	2.283
Variação do índice		-7,49%	23,40%
Número de vítimas fatais	175	161	157
Variação do índice		-8%	-2,48%
Número de feridos	1.509	1.465	1.925
Variação do índice		-3%	31,40%

Foram realizadas 76 operações especiais nas rodovias federais, tendo como resultado a apreensão de uma tonelada de cocaína, 11 toneladas de maconha, 73.683 unidades de haxixe, detenção de 1644 pessoas, apreensão de 62 armas de fogo, 9.386 unidades de munição, 326.968 pacotes de cigarros contrabandeados, recuperação de 145 veículos produtos de furto/roubo, 29.975 unidades de equipamentos de informática e eletrônicos, 249.836 CD'S e DVD'S pirateados.

Como defensora do meio ambiente, a PRF também mostrou empenho em ações conjuntas com o Ibama e Sema (Secretaria Estadual de Meio Ambiente), onde 42.041 m³ de madeira extraída de forma irregular foram apreendidas durante o ano. Diversos animais silvestres, entre aves raras e mamíferos em extinção, foram descobertos pela Polícia Rodoviária Federal em compartimentos cada vez mais criativos e cruéis. Dentro de pneus estepes, no interior da lataria dos veículos, e em compartimentos sem nenhum tipo de ventilação.

Por mais um ano, a Polícia Rodoviária Federal combateu sistematicamente a exploração sexual de crianças e adolescentes às margens das rodovias. Durante o ano, a PRF retirou várias crianças e adolescentes de áreas de risco. A terceira edição do *Guia para a Localização de Pontos Vulneráveis à Exploração Infanto-Juvenil, confeccionado anualmente pela Coordenação-Geral de Operações/DPRF*, também merece destaque. Pela primeira vez, o trabalho de pesquisa teve a parceria da OIT - Organização Internacional do Trabalho, além do Escritório contra Drogas e Crime da ONU. Através do mapeamento de toda malha viária federal, a Polícia Rodoviária Federal pode identificar pontos críticos e combater efetivamente a exploração sexual de menores.

Trabalhadores em regime de servidão viram, mais uma vez, a Polícia Rodoviária Federal como aliada. Ações de repressão ao trabalho escravo, em apoio ao Ministério do Trabalho e Ministério Público Federal, permitiram que pessoas fossem libertadas de condições precárias de trabalho, semelhantes à escravidão.

Os XV Jogos Pan-Americanos, cuja segurança foi organizada e supervisionada pela SENASP, também marcaram a atuação da PRF em 2007. Todos os acessos à cidade do Rio de Janeiro receberam efetivo extra de policiais rodoviários federais, especializados em técnicas de combate à criminalidade. Os números comprovam o sucesso da Operação Podium. Durante trinta dias, 295 criminosos foram presos no estado. A Polícia Rodoviária Federal ainda apreendeu quase 100 quilos de drogas, mais de nove mil esferas de haxixe, 68 granadas, 16 fuzis e metralhadora, dólares e reais provenientes de ações criminosas.

Inserida no PRONASCI (Programa Nacional de Segurança com Cidadania), do Ministério da Justiça, a Polícia Rodoviária Federal apresentou uma nova proposta de fiscalização das rodovias. Pelo novo formato, o policial rodoviário federal utilizará bases itinerantes de policiamento, distribuídas pela malha viária do Brasil. O modelo prevê ainda mais viaturas e utilização de equipamentos eletrônicos, cabendo ao tradicional posto de fiscalização apenas apoio às necessidades mais específicas de policiamento.

A seguir, apresenta-se quadro comparativo das apreensões realizadas em 2006 e 2007 no âmbito da Circunscrição da 3ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, onde se verifica a eficácia e eficiência das ações:

OCORRÊNCIA	2006	2007	DIFERENÇA %
COCAÍNA	824,44	1.005,72	22%
MACONHA	24.060,2	11.618,62	-52%
HAXIXE	58.466	73.683	26%
ARMAS DE FOGO	60	62	3%
MUNIÇÕES	22.322	9.386	-58%
VEICULOS RECUPERADOS	126	145	15%
PESSOAS ENCAMINHADAS	1497	1.644	10%
CIGARROS CONTRABANDEADOS	357.342	326.968	-8%
EQUIP. ELETRÔNICOS/INFORMÁTICA	51.124	29.975	-41%
CD's/DVD's	290.748	249.836	-14%
AUTOS DE INFRAÇÃO	49.500	61.300	24%
ACIDENTES	1854	2.288	23%
MORTOS	161	157	-2%
FERIDOS	1465	1739	19%

O ano de 2007 também foi de grandes investimentos para a PRF, no que diz respeito à modernização da infra-estrutura do órgão, graças ao crédito extraordinário de R\$ 28.000.000,00, concedido ao final do ano.

Foram adquiridos diversos veículos e equipamentos que melhoraram o desempenho dos policiais nas atividades rotineiras, possibilitando que os mesmos trabalhassem motivados para o cumprimento da missão institucional da PRF.

As viaturas são o principal instrumento de trabalho do policial rodoviário federal, e devido ao grande uso, os veículos são depreciados em menos de quatro anos, sendo necessário um plano contínuo de aquisição de novas viaturas, sob pena de diminuição da capacidade operacional e aumento exponencial dos gastos com manutenção de veículos. Em 2007 a 3ª Superintendência Regional recebeu 23 novas viaturas e disponibilizou a baixa de 30 viaturas através de leilão.

As instalações físicas e edificações que compõem o acervo patrimonial desta Regional são, na maioria, originárias do extinto DNER, cujas datas de construção obedeciam a padrões arquitetônicos das décadas de 60 e 70, estando por demais ultrapassados os conceitos de ergonomia e estruturação física. Neste sentido, através do plano de obras e reformas, foi possível concluir a reforma dos postos de fiscalização de Terenos e Jaraguari e contratar a reforma de seis postos, que estavam em péssimo estado de conservação, o que contribuirá em muito para melhoria do clima organizacional dos policiais destas unidades. Nestas reformas, também foram priorizadas as adaptações para acessibilidade de portadores de necessidades especiais, como rampas de acesso.

A Tecnologia da Informação é primordial nas atividades rotineiras de policiamento e fiscalização, pois através do uso da rede de dados é possível identificar indivíduos com mandados de prisão em aberto, averiguar dados de veículos suspeitos, além de cadastrar acidentes e multas em tempo real. Para realização dessas atividades, a PRF mantém uma extensa rede de dados interligando todos os postos, delegacias, superintendências e sede do departamento.

O ano de 2007 ficará marcado pelo início do projeto Sistemas de Tecnologia Integradas, com a aquisição de 51 computadores de mão (PDA's), com acesso a internet e aos bancos de dados de trânsito e segurança pública (Renainf, Infoseg), o que possibilitará ao policial consultar em campo, indivíduos e veículos, agilizando a fiscalização, bem como a realização de notificações em meio eletrônico, reduzindo a incidência de erros no preenchimento dos autos de infração.

Destaca-se, ainda em 2007, a aquisição de diversos equipamentos de informática, tais como, impressoras a laser, nobreak's, computadores, servidores de rede, entre outros, além de aquisição de rádios portáteis e móveis, renovando o parque computacional de toda a superintendência.

Na área de serviços de inteligência policial merece destaque o convênio de cooperação mútua firmado entre essa Regional e o Ministério Público, permitindo o acompanhamento e o monitoramento de organizações criminosas com atuação no Estado e em outras Unidades da Federação e com ramificações nos países limítrofes, vindo a desencadear diversas operações, alguma delas com grande repercussão na mídia local e com destaque na mídia nacional. Esse termo de cooperação mútua alavancou sobremaneira as atividades do núcleo de inteligência tornando-o uma referência a nível nacional.

No sentido de cooperação e integração com os demais órgãos da força de segurança pública, do Judiciário e da sociedade em geral, foram realizadas operações de apoio a Receita Federal nas escoltas de produtos destinados a incineração, apoio ao DEPEN na escolta de presos para a Penitenciária Federal de Campo Grande, apoio a Secretaria de Segurança Pública do Estado na Escolta de presos, realização de proteção a testemunhas incluídas no “PROVITA” atendendo solicitações do CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos e do Ministério Público Estadual, Apoio a OAB - Ordem dos Advogados do Brasil na guarda e escolta das provas do exame da ordem, dentre outras.

Outra ação que implementou as estratégias de atuação, foi a implantação das atividades de cinotecnia, onde servidores desta Regional foram capacitados para atuarem no treinamento e utilização de cães farejadores como ferramentas de apoio no combate ao tráfico de substâncias entorpecentes. Para tanto foi construído um Canil que dispõe de três baias individuais, um sala administrativa, uma sala para pré-atendimento clínico veterinário e um depósito para rações. As atividades de Cinotecnia contam atualmente com dois policiais, dois cães farejadores e uma viatura para transporte. Essa estrutura foi amplamente utilizada no ano de 2007, tendo inclusive participação efetiva nos Jogos Panamericanos no Rio de Janeiro e nas operações que antecederem este evento.

Outra importante ferramenta na operacionalização dos serviços de fiscalização foi a reativação do Corpo de Motociclistas vinculada ao núcleo de Operações Especiais, permitindo que a mesma fosse utilizada efetivamente nas ações rotineiras e nas operações especiais. Ressalta-se que nos anos anteriores, devido ao contingenciamento de despesas, o corpo de motociclistas era utilizado esporadicamente.

Através destas ações de modernização, a Polícia Rodoviária Federal pretende continuar com mais eficiência a sua missão de resguardar a segurança pública, tendo como meta reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias federais, contribuindo para o bem estar da sociedade.

3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

Anualmente, a Polícia Rodoviária Federal cumpre um extenso calendário operacional, especialmente em feriados e fins de semanas prolongados. Concomitantemente, desenvolve comandos voltados à educação e fiscalização de trânsito e à fiscalização do transporte de produtos perigosos - como explosivos, substâncias tóxicas, corrosivas, inflamáveis, radioativas, fazendo inclusive serviços de batedor para o transporte de cargas de dimensões excepcionais, realiza ainda, patrulhamentos ostensivos através de rondas com viaturas, com a realização de fiscalização em pontos críticos, retirada de animais a esmo sobre as rodovias, assistência e socorro a vítimas de acidentes de trânsito, auxílio aos usuários e apreensões diversas, resultando na presença física nos 3.058,8 quilômetros de rodovias federais que cortam o estado de Mato Grosso do Sul que estão sob responsabilidade desta Regional.

Nos períodos de feriados e finais de semana prolongados algumas rodovias do Estado, por estarem localizadas em regiões de grande potencial turístico, sofrem um acréscimo considerável no número de veículos em circulação, o que acarreta a necessidade de movimentação de parte do efetivo para suprir o aumento na demanda dos serviços de fiscalização, auxílio aos usuários e nos atendimentos aos acidentes de trânsito.

Face a peculiaridade da sua forma de atuação, onde a necessidade de emprego de maior efetivo ocorre via de regra nos finais de semana prolongados, em feriados e festividades nacionais ou regionais, o dispêndio financeiro com diárias e em alguns casos com aquisição de passagens aéreas à servidores se concentram próximo ao fim-de-semana. Desta forma, o que em outros órgãos da Administração Pública se caracterizam como excepcionalidade, nesta Unidade não podem ser contextualizados dessa forma.

Devido a carência de efetivo, onde a maioria dos postos de fiscalização contam em média, com apenas dois policiais em cada turno de trabalho, e em algumas delegacias o efetivo total se resumem a 16 policiais, com responsabilidade de fiscalização de trechos de até 400 Km, imperioso se faz, o constante deslocamento de policiais de uma região para outra para atendimento de demandas emergenciais.

Freqüentemente, a Polícia Rodoviária Federal, além de executar suas habituais tarefas de fiscalização de trânsito, intervém de forma preventiva na mediação e monitoramento de conflitos sociais, tais como: movimento de trabalhadores rurais sem terra, indígenas, protesto de produtores rurais, entre outros, que se apresentam cada vez mais, e com maior freqüência sob o leito das rodovias federais. Esses eventos determinam à Polícia Rodoviária Federal o emprego e alocações de recursos em escala ascendente, sejam eles de natureza humana, orçamentária e financeira, ou ainda, de logística e infra-estrutura.

Devido ao caráter emergencial dessas ações de intermediação de conflitos sociais - que sempre resultam em bloqueios da rodovia, ou ainda, em casos de delitos criminais, tais como: roubo de cargas, tráfico de entorpecentes, roubo de veículos (onde as vítimas são mantidas em cárcere privado) e nos confrontos armados de delinqüentes com os policiais em serviço, cria-se a necessidade do deslocamento de efetivo das regiões mais próximas e da própria Sede Administrativa para atuarem na área de conflito. Diante da imprevisibilidade desses fatos aliada a necessidade de solicitação de descentralização de recursos junto ao DPRF, existem vários processos de pagamento de diárias com data posterior a viagem do servidor.

4. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

4.1 PROGRAMAS

4.1.1 programa 1386 – desenvolvimento institucional da polícia rodoviária federal

4.1.1.1 Dados Gerais

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução de tarefas operacionais destinadas a segurança pública.
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Ricardo Max de Oliveira Pereira - CGPLAN
Indicadores ou parâmetros utilizados	Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas
Público Alvo	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de rodovias federais.

O acompanhamento e avaliação dos resultados deste Programa são realizados através de um Coeficiente de Adequações Físicas que Pretende medir a porcentagem de unidades com estrutura física, de Tecnologia e Informática e de transporte adequada. Para tanto foi criada a seguinte fórmula para obtenção deste Coeficiente:

$$Iadq = (\text{Unidades adequadas} / \text{Total de Unidades}) \times 100.$$

As unidades de fiscalização são consideradas adequadas após passarem por uma análise sob três aspectos:

- Adequação do espaço físico: onde são verificados se o espaço físico atende minimamente para as atividades rotineiras; se o aspecto externo (pintura, letreiros, sinalização) se encontram em boas condições; se as instalações elétricas e hidráulicas, a infra-estrutura (telhado, piso, esquadrias, etc...) estão em boas condições de uso;
- Adequação quanto à estrutura de Tecnologia e Informação: São verificados se os postos de fiscalização possuem equipamentos de informática (computador e impressora) minimamente adequados ao desempenho das atividades rotineiras, se há conexão com a rede DPRF/ Internet e se o sistema de comunicação através de rádio VHF está satisfatório;
- Adequação de viaturas: são verificados se nos postos de fiscalização existem quantidade suficiente de viaturas e quais as suas condições de uso. O padrão estabelecido é que cada posto deve possuir pelo menos uma viatura para cada dois policiais de plantão e que a viatura tenha um tempo de uso inferior a quatro anos.

Cabe ressaltar que no exercício de 2006, esta Regional após a realização do cálculo do Coeficiente obteve um índice de 34,44 % de suas instalações consideradas minimamente adequadas para suas atividades rotineiras de fiscalização.

No exercício de 2007, a implementação das ações abaixo elencadas, possibilitou a alteração deste Coeficiente para patamares superiores, alavancando o índice para 74,60% das instalações consideradas minimamente adequadas para as atividades rotineiras.

4.1.1.2 Principais Ações do Programa

11MC - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal.

1821 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal.

1835 - Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação.

1D49 - Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

7061 -Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária.

4.1.1.3 Gestão das Ações

4.1.1.3.1 Ação 1D49 Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rod. Federal

4.1.1.3.1.1 Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Aquisição de um imóvel para instalação da Sede Central do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Aquisição de um imóvel na cidade de Brasília-DF, com características que atendam as necessidades administrativas do DPRF, com área útil de aproximadamente 10 (dez) mil metros quadrados gerando condições de trabalho favoráveis aos recursos humanos da Unidade Central, através de instalações adequadas para o desenvolvimento de suas atividades e atendimento a sociedade.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador Nacional da ação	Givaldo Medeiros da Silva
Responsável pela execução da ação a nível local	Não há

4.1.1.3.1.1.2 Resultados

Por se tratar de uma ação exclusiva do Departamento de Polícia Rodoviária Federal não houve descentralização de recursos nesta ação, portanto, não existem resultados a nível de Superintendência Regional.

4.1.1.3.2 Ação 11MC – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

4.1.1.3.2.1 Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas, Atender as novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis a melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades Executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas Responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	Givaldo Medeiros da Silva
Responsável pela execução da ação no nível local	Julio Cezar Pizani – Seção Administrativa e Financeira

4.1.1.3.2.2 Resultados

No exercício financeiro de 2007 houve a descentralização de recursos na ordem de R\$ 14.842,14 (quatorze mil, oitocentos e quarenta e dois reais e quatorze centavos) que foram destinados ao aditivo de obra de ampliação do posto de fiscalização localizado na BR 163 Km 530 no Município de Jaraguari/MS.

4.1.1.3.3. Ação 1821 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rod. Federal

4.1.1.3.3.1 Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infraestrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades Executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas Responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	Givaldo Medeiros da Silva
Responsável pela execução da ação no nível local	Julio Cesar Pizani – Seção Administrativa Financeira

4.1.1.3.3.2 Resultados

Nesta ação foram descentralizados pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal recursos na ordem de R\$ 282.244,13 (duzentos e oitenta e dois mil, duzentos e quarenta e quatro reais e treze centavos) que foram destinados a execução de reforma dos postos de fiscalização, dentre os quais destacamos:

- Posto PRF Casa Verde na BR 267 Km 130 Município de Nova Andradina/MS;
- Posto PRF Água Clara na BR 262 Km 140 Município de Água Clara/MS;
- Posto PRF Guaicurus na BR 262 Km 600 Município de Miranda/MS;
- Posto PRF Capey na BR 463 Km 67 Município de Ponta Porã/MS;

- Posto PRF Coxim na BR 163 Km 733 Município de Coxim/MS;
- Posto PRF Três Lagoas na BR 262 Km 21 Município de Três Lagoas/MS.

As reformas serão concluídas no exercício financeiro de 2008 e compreendem serviços de reestruturação e adequação aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.

Convém ressaltar que estes Postos de Fiscalização estavam em condições precárias de utilização, não possuíam rampas de acesso para portadores de necessidades especiais e inexistência de banheiros de uso exclusivo para pessoas do sexo feminino, tanto para as policiais de serviço como para as usuárias da rodovia federal.

O custo estimado para a reforma dos Postos acima elencados foi de R\$336.800,00 (Trezentos e trinta e seis mil e oitocentos reais), valor este que foi reduzido para R\$278.522,48 (duzentos e setenta e oito mil, quinhentos e vinte e dois reais e quarenta e oito centavos) após a realização dos processos licitatórios, o que representa uma economia de recursos na ordem de 20% (vinte por cento).

Um diferencial nesta Ação foi o processo de reforma do Posto PRF de Coxim, onde essa Superintendência Regional após receber da Justiça Estadual a doação de um lote de 40 m³ de madeira, oriundas de uma grande apreensão realizada pela própria Polícia Rodoviária Federal, procedeu a avaliação do lote e o utilizou em dação de pagamento dentro do processo de licitação, o que representou recursos para quitação de metade do custo da obra de reforma do referido Posto.

4.1.1.3.4 Ação 1835 Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

4.1.1.3.4.1 Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Aquisição, reforma, instalação e manutenção de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação. Contratação de empresas e

	consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Manutenção e desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc. Aquisição de programas, computadores, servidores e acessórios para a manutenção e desenvolvimento dos sistemas e das demais áreas. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver sistemas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades Executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas Responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Administração de Redes
Coordenador nacional da ação	Rodney Loeffler Ramos Portilho
Responsável pela execução da ação no nível local	Julio Cezar Pizani – Seção Administrativa e Financeira

4.1.1.3.4.2 Resultados

Neste exercício financeiro foram descentralizados recursos na ordem de R\$ 762.070,79 (setecentos e sessenta e dois, setenta reais e setenta e nove centavos) sendo que deste valor a importância de R\$ 436.968,84 foi destinada a aquisição de material permanente e o restante destinado a serviços e material de consumo.

Nesta ação foram aplicados os recursos para manutenção do Frame-Relay que compreende os serviços de comunicação de dados através da comutação de pacotes, com Circuitos Virtuais Permanentes – CVP e Frame-Relay.

Nestes Serviços de comunicação de dados através de rede estão os principais sistemas utilizados pela Polícia Rodoviária Federal e pelos usuários que acessam a página Institucional, dentre os quais destacamos: **INFOSEG**, sistema que disponibiliza informações de Justiça e Segurança Pública através de uma rede privativa em âmbito nacional. O sistema é uma ferramenta amplamente utilizada pelos órgãos de Segurança Pública, pois integra nacionalmente as informações de indivíduos com mandados de prisão não cumpridos, processos e inquéritos criminais, dados sobre veículos, condutores, armas registradas ou apreendidas pelas Polícias Civas, Federais ou pela Justiça Criminal; **BR-Brasil**, ferramenta tecnológica com a finalidade de otimizar as ações de Policiamento e fiscalização e registro on-line das ocorrências de acidentes de trânsito; **ALERTA**, sistema que permite a inserção de informações sobre veículos furtados/roubados pelos policiais ou usuários que acessam a página institucional do DPRF, servindo de auxílio no combate ao roubo/furto de veículos; **Sistema de Multas**, visando garantir a efetiva imposição da penalidade, observando os prazos e rotinas previstas em Lei, dentre outros.

Neste exercício foi feita a aquisição de um servidor – equipamento destinado a administração da rede interna de dados desta Superintendência Regional, visando incrementar a performance e o desempenho da rede e suas estações de trabalho.

Devido a necessidade de proteger a rede e suas estações de trabalho, permitindo e garantindo as instalações de softwares e sistema operacionais, para que não sofram danos e/ou falhas nos processos de oscilação de energia ou sua falta; Permitir aos usuários tempo suficiente de alimentação energética aos equipamentos, para procederem de maneira correta o desligamento das estações, nas possíveis variações já mencionadas anteriormente e estender a vida útil dos equipamentos e sua manutenção em maior tempo possível em operação nos locais destinados foram adquiridos um Nobreak de grande potência (3 KVA) 26 Nobreak de 600 VA e 30 estabilizadores de energia.

Visando a modernização e a operacionalização dos serviços de fiscalização foram adquiridos 51 PDA's (Palm-Top – Coletores de Dados Portátil) e 30 impressoras térmicas com aplicação de recursos na ordem de R\$ 297.279,00 (duzentos e noventa e sete mil, duzentos e setenta e nove reais).

A utilização desses coletores de dados portáteis visa aumentar a agilidade no preenchimento de Autos de Infração por parte do Policial e redução da quantidade de erros de preenchimento, facilitando a operacionalidade das equipes que participam das ações fiscalizadoras.

Esta implantação tecnológica será um grande passo para a modernização dos trabalhos desta Superintendência Regional uma vez que o processo de autuação terá mais praticidade e um componente favorecedor que é a inclusão imediata dos dados do Auto de Infração no sistema de multas.

Visando a modernização da Sede administrativa da Superintendência Regional foi adquirido uma central de PABX digital CPCT CPA-T, com interface para celular, aparelhos KS e aparelhos analógicos, softwares, materiais de DG- Distribuidor Geral de linhas, para melhor atendimento aos servidores e em especial ao público em geral.

4.1.1.3.5. Ação 7061 – Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para policiamento da Malha Rodoviária

4.1.1.3.5.1 Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
Descrição	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades Executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas Responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Administração
Coordenador nacional da ação	Francisco Brandão de Oliveira
Responsável pela execução da ação no nível local	Não há

4.1.1.3.5.2 Resultados

Não houve descentralização de recursos nesta ação, portanto, não existem resultados a serem apresentados a nível de Superintendência Regional.

4.1.2 PROGRAMA 0663 – SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS

4.1.2.1 Dados Gerais

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Alvarez Simões Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de mortalidade nas rodovias federais
	Taxa de variação de acidentes nas rodovias federais
Público Alvo	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem as margens das rodovias federais.

4.1.2.2 Principais Ações do Programa

2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal.

2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais.

2C78 Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF.

2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal.

2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal.

4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais.

4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

4641 Publicidade de Utilidade Pública.

86A1 Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal.

O acompanhamento e avaliação dos resultados deste Programa são realizados através de indicadores que estão relacionados com as estatísticas de número de acidentes e número de vítimas, para tanto foram criadas fórmulas matemáticas para mensurar o desempenho operacional, tornando sua apresentação importante para avaliação do esforço e da eficiência governamental.

Essas fórmulas foram denominadas de Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais – que pretende medir a variação (positiva ou negativa) do número de acidentes em rodovias federais e Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais - que pretende medir a porcentagem de mortos e do total de feridos em acidentes de trânsito.

A Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais é medida através da seguinte fórmula: $Ia = ((n.º \text{ Acidentes Ano Atual}) / (n.º \text{ Acidentes Ano Anterior}) - 1) \times 100$.

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais é medida através da seguinte fórmula: $Im = (n.º \text{ Mortos} / n.º \text{ Vítimas}) \times 100$, sendo o que o valor obtido deve ser comparado com o índice apurado no ano anterior.

4.1.2.3 Gestão das Ações

4.1.2.3.1 Ação 2C78 – Acompanhamento psicossocial de Servidores do DPRF

4.1.2.3.1.1 Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando a superação de situações críticas.
Descrição	Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia, e serviço social; promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades Executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas Responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Saúde e Assistência Social

Coordenador nacional da ação	Jane Margareth Ciarlini Goulart dos Santos
Responsável pela execução da ação no nível local	Jucinéia Batista Marinho – Seção de Recursos Humanos

4.1.2.3.1.2 Resultados

Nesta Ação foram descentralizados recursos na ordem de R\$ 7.489,08 (sete mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e oito centavos), que foram aplicados na realização de Workshop – Palestra Motivacional para os servidores desta Superintendência Regional, evento sob a responsabilidade da Unipsico/MS – Cooperativa de Trabalho de Psicologia.

4.1.2.3.2 Ação 2B11 – Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária

4.1.2.3.2.1 Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
Descrição	Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades Executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas Responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Modernização e Tecnologia
Coordenador nacional da ação	Ednilson Bruno Silva do Nascimento

Responsável pela execução da ação no nível local	Luis Sergio Pinheiro Valle – Seção de Policiamento e Fiscalização
--	---

4.1.2.3.2.2. Resultados

Nesta ação houve a descentralização de recursos na ordem de R\$ 46.020,00 (quarenta e seis mil e vinte reais) que foram utilizados para locação de radares eletrônicos portáteis até a aquisição destes equipamentos pela Superintendência Regional.

Foram ainda adquiridos placas informativas de fiscalização por equipamento eletrônico para serem utilizados nas operações com utilização de equipamento para aferir velocidade dos veículos.

4.1.2.3.3 Ação 2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federal

4.1.2.3.3.1 Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Policia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Policia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas á formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento em disciplinas de conteúdo teórico.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades Executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas Responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	Neemias Gonçalves de Carvalho
Responsável pela execução da ação no nível local	Jucinéia Batista Marinho – Seção de Recursos Humanos

4.1.2.3.3.2 Resultados

Nesta ação houve a descentralização de recursos na ordem de R\$ 73.430,50 (Setenta e três mil, quatrocentos e trinta reais e cinquenta centavos) que foram aplicados em despesas com passagem aéreas e diárias aos instrutores desta regional em cursos de capacitação e reciclagem.

4.1.2.3.4 Ação 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

4.1.2.3.4.1 Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir e manter armas e sua munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotécnia. Aquisição e manutenção de etilômetros.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades Executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas Responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Operações
Coordenador nacional da ação	Coraci Ricardo Fernandes Vieira
Responsável pela execução da ação no nível local	Luis Sergio Pinheiro Valle – Seção de Policiamento e Fiscalização

4.1.2.3.4.2 Resultados

Nesta ação houve a descentralização de recursos na ordem de R\$ 885.055,23 (oitocentos e oitenta e cinco mil e vinte e três centavos) sendo que a maior parte destes recursos foram utilizados para manutenção corretiva e preventiva dos veículos desta regional.

Face a necessidade de patrulhamento ostensivo em toda a malha viária com intuito de reduzir o número de acidentes houve a necessidade de disponibilização de maior número de viaturas policiais trafegando ao longo dos trechos para coibir as infrações de trânsito, o que acarretou em um maior índice de veículos que necessitaram de reparos e de manutenção preventiva e corretiva.

Para uma otimização dos recursos foi realizado no mês de julho de 2007 processo licitatório e no mês de agosto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos desta Regional. Para uma melhor gestão dos contratos firmados, os veículos foram divididos em lotes, separados por marca do fabricante, tipo de veículo e forma de utilização. Para uma melhor exemplificação, houve a separação entre veículos leves e veículos pesados, a separação entre veículos e motocicletas, etc...

Embora essa nova sistemática de gestão da frota de veículos tenha sido implantada no segundo semestre já apresentou resultados, haja vista que foram utilizados recursos na ordem de R\$ 613.305,04 (seiscentos e treze mil, trezentos e cinco reais e quatro centavos) no exercício 2007 enquanto que no exercício 2006 foram utilizados R\$ 641.539,61, para a manutenção da frota de veículos.

Nesta ação também foram aplicados recursos para aquisição de uniformes e materiais de proteção e segurança para os policiais que realizam atividades de policiamento ostensivo.

4.1.2.3.5 Ação 2816 – Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

4.1.2.3.5.1 Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.

Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades Executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas Responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Inteligência
Coordenador nacional da ação	Josemar Monteiro Barros
Responsável pela execução da ação no nível local	Nilson Lanzarini Gomes – Núcleo de Inteligência

4.1.2.3.5.2 Resultados

Nesta ação houve a descentralização de recursos na ordem de R\$ 52.133,67 (cinquenta e dois mil, cento e trinta e três reais e sessenta e sete reais) que foram aplicados no pagamento de passagens aéreas e diárias aos servidores lotados no núcleo de Inteligência desta Regional e para aquisição de equipamentos utilizados em missões específicas da área de Inteligência Policial.

4.1.2.3.6 Ação 4290 – Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

4.1.2.3.6.1 Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos. Aquisição de material permanente e de consumo correlacionados às finalidades supracitadas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	DPRF

Unidades Executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas Responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS/CGRH
Coordenador nacional da ação	Marcos Antonio Basílio da Silva Rocha
Responsável pela execução da ação no nível local	Luis Sergio Pinheiro Valle – Seção de Policiamento e Fiscalização

4.1.2.3.6.2 Resultados

No exercício 2007 houve a descentralização de R\$ 4.727,40 (quatro mil, setecentos e vinte e sete reais e quarenta centavos) que foram aplicados na aquisição de material hospitalar, tais como luvas cirúrgicas dentre outros, para utilização nos comandos de saúde preventivos e resgate emergencial às vítimas de acidentes de trânsito.

4.1.2.3.7 Ação 4526 – Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

4.1.2.3.7.1 Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades Executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas Responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Combate ao Crime e Coordenação Geral de Operações
Coordenador nacional da ação	Geovanni Bosco Farias Di Mambro

Responsável pela execução da ação no nível local	Rafael Verão da Fonseca - NOE
--	-------------------------------

4.1.2.3.7.2 Resultados

Nesta ação houve a descentralização de recursos na ordem de R\$ 32.747,50 (trinta e dois mil, setecentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos) que foram utilizados para pagamento de diárias e passagens aéreas para os servidores lotados no Núcleo de Operações Especiais quando da participação em missões nesta Regional ou em outras unidades da federação.

Dentre essas missões destacamos as relacionadas a escolta de presos para a penitenciária federal de Campo Grande, escolta da tocha panamericana, escolta do Presidente da República, Apoio ao CDDH-Proteção a testemunha, dentre outras.

4.1.2.3.8 Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

4.1.2.3.8.1 Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades Executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas Responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	Neemias Gonçalves de Carvalho
Responsável pela execução da ação no nível local	Jucinéia Batista Marinho – Seção de Recursos Humanos

4.1.2.3.8.2 Resultados

Nesta ação houve a descentralização de Recursos na ordem de R\$ 9.306,94 (nove mil, trezentos e seis reais e noventa e quatro centavos) que foram utilizados para pagamento de passagens aéreas e diárias a servidores quando da participação em cursos de capacitação e seminários.

4.1.2.3.9 Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública

4.1.2.3.9.1 Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades Executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas Responsáveis por gerenciamento ou execução	Assessoria de Comunicação Social
Coordenador nacional da ação	Alexandre Castilho de Moura Costa Vieira
Responsável pela execução da ação no nível local	Ademilson de Souza Benitez – Núcleo de Comunicação Social

4.1.2.3.9.2 Resultados

Nesta ação houve a descentralização de recursos na ordem de R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais) que foram aplicados no pagamento de despesas de inserção na mídia local de publicidade institucional, campanhas educativas de trânsito e de combate a exploração sexual infantil nas rodovias federais.

4.1.2.3.10 Ação 86A1 – Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal.

4.1.2.3.10.1 Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.

Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, pagamento de JETON às JARI's e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades Executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas Responsáveis por gerenciamento ou execução	DMP
Coordenador nacional da ação	José Roberto Ângelo Barros Soares
Responsável pela execução da ação no nível local	Não há

4.1.2.3.10.2 Resultados

Não houve descentralização de recursos nesta ação, portanto, não existem resultados a serem apresentados a nível de Superintendência Regional.

4.1.3 PROGRAMA 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO

4.1.3.1 Dados Gerais

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Gerente de programa	Não existe
Gerente Executivo	Não existe
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não existe
Público Alvo	Governo

4.1.3.2 Principais Ações do Programa

2000 Administração da Unidade

2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes.

2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados.

2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados.

2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.

09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

4.1.3.3 Gestão das Ações

4.1.3.3.1 Ação 2000 – Administração da Unidade

4.1.3.3.1.1 Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades Executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas Responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento Orçamentário
Coordenador nacional da ação	Erinaldo Rodrigues Roberto
Responsável pela execução da ação no nível local	Julio Cezar Pizani – Seção Administrativa e Financeira

4.1.3.3.1.2 Resultados

Nesta ação foram descentralizados recursos na ordem de R\$ 3.115.952,42 (Três milhões, cento e quinze mil, novecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e dois centavos) que foram aplicados em despesas de natureza administrativa necessárias a manutenção e funcionamento da Superintendência Regional.

Houve a diminuição de repasses nesta ação em comparação com o exercício financeiro de 2006 na ordem de 11,57% o que equivale uma redução de R\$360.596,04 (trezentos e sessenta mil, quinhentos e noventa e seis reais e quatro centavos).

Neste montante de recursos descentralizados estão inseridas as despesas com energia elétrica, telefonia, abastecimento de água e esgoto, serviços continuados, tais como: vigilância dos prédios, limpeza e conservação, copeiragem e apoio administrativo, e demais despesas de natureza administrativa.

Convém ressaltar que houve uma considerável redução nestes gastos, se considerarmos os acréscimos nos preços das tarifas públicas, a efetivação do reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de prestadores de serviços continuados, aliados a maior utilização por parte desta Regional de recursos na área de telecomunicações e de energia elétrica para suprir a demanda de novos serviços, advindos da implantação de rede de transmissão de dados e informatização dos postos de fiscalização.

Outro fator preponderante nesta ação foi a contratação de maior número de servidores na área de apoio administrativo e maior número de estagiários, permitindo que os servidores Policiais Rodoviários Federais que desempenhavam suas funções na área administrativa voltassem a prestar serviços na atividade fim, ou seja, no policiamento ostensivo nas rodovias federais, na tentativa de minimizar o maior problema desta Administração, que é o efetivo reduzido de policiais.

4.1.3.3.2 Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes.

4.1.3.3.2.1 Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades Executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas Responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS/CGRH
Coordenador nacional da ação	Marcos Antonio Basílio da Silva Rocha
Responsável pela execução da ação no nível local	Não há

4.1.3.3.2 Resultados

Não houve descentralização de recursos nesta ação, portanto, não existem resultados a serem apresentados a nível de Superintendência Regional.

4.1.3.3.3 Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados.

4.1.3.3.3.1 Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades Executoras	DPRF
Áreas Responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro / DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local	Não há

4.1.3.3.2 Resultados

Não houve descentralização de recursos nesta ação, portanto, não existem resultados a serem apresentados a nível de Superintendência Regional.

4.1.3.3.4 Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados.

4.1.3.3.4.1 Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades Executoras	DPRF
Áreas Responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro / DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local	Não há

4.1.3.3.4.2 Resultados

Não houve descentralização de recursos nesta ação, portanto, não existem resultados a serem apresentados a nível de Superintendência Regional.

4.1.3.3.5 Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.

4.1.3.3.5.1 Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades Executoras	DPRF
Áreas Responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro / DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local	Não há

4.1.3.3.5.2 Resultados

Não houve descentralização de recursos nesta ação, portanto, não existem resultados a serem apresentados a nível de Superintendência Regional.

4.1.3.3.6 Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

4.1.3.3.6.1 Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades Executoras	DPRF
Áreas Responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro / DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local	Não há

4.1.3.3.6.2 Resultados

Não houve descentralização de recursos nesta ação, portanto, não existem resultados a serem apresentados a nível de Superintendência Regional.

5 . DESEMPENHO OPERACIONAL

As principais ações da Polícia Rodoviária Federal são voltadas para o aumento da segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e a redução do número de acidentes de trânsito, principalmente da diminuição do número de vítimas.

Neste sentido os principais indicadores estão relacionados com as estatísticas de número de acidentes e número de vítimas, para tanto foram criadas fórmulas matemáticas para mensurar o desempenho operacional, tornando sua apresentação importante para avaliação do esforço e da eficiência governamental.

Essas fórmulas foram denominadas de Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais – que pretende medir a variação (positiva ou negativa) do número de acidentes em rodovias federais e Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais - que pretende medir a porcentagem de mortos e do total de feridos em acidentes de trânsito.

A Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais é medida através da seguinte fórmula: $Ia = ((n.º \text{ Acidentes Ano Atual}) / (n.º \text{ Acidentes Ano Anterior}) - 1) \times 100$.

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais é medida através da seguinte fórmula: $Im = (n.º \text{ Mortos} / n.º \text{ Vítimas}) \times 100$, sendo o que o valor obtido deve ser comparado com o índice apurado no ano anterior.

Convém ressaltar que variáveis externas exercem forte influência sobre os resultados apurados através desses índices, que prejudicam sobremaneira a avaliação da eficácia e da eficiência das ações, dentre os quais destacamos:

- As más condições de trafegabilidade das rodovias federais;
- O grande número de estabelecimentos comerciais existentes as margens das rodovias federais que comercializam bebidas alcoólicas e estimulantes;
- A baixa remuneração de categorias vinculadas ao modal rodoviário, que forcem o motorista profissional a exercer uma atividade laboral com carga horária excedente;
- Aumento da frota de veículos em circulação.

No exercício de 2007 foram emitidas 69.091 multas por infração as normas de trânsito, das quais 64.291 foram processadas e 4.800 foram canceladas por erros de digitação, por serem insubsistentes ou por defesa prévia.

Houve a ocorrência de 2.283 acidentes de trânsito com o envolvimento de 3.467 veículos e um quantitativo de 6.535 pessoas diretamente envolvidas, ocasionando um número de 1.925 vítimas, das quais 1.214 com lesões leves, 554 com lesões graves e 157 vítimas fatais.

Com isso a Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais, ficou assim definido:

$$Ia = ((n.º \text{ Acidentes Ano Atual}) / (n.º \text{ Acidentes Ano Anterior}) - 1) \times 100$$

$$Ia = ((2283) / (1854) - 1) \times 100$$

$$Ia = 23\%$$

A Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais ficou assim definida:

$$Im = (n.º \text{ Mortos} / n.º \text{ Vítimas}) \times 100$$

$$Im = (157 / 1.925) \times 100$$

$$Im = 8 \%$$

Embora tenha ocorrido um aumento significativo no número de acidentes, na ordem de 23% (vinte e três) por cento, houve uma redução no número de vítimas fatais, correspondente a 2,99% em comparação ao ano de 2006, o que representa quatro mortes a menos que o ano de 2006.

Na análise destes indicadores devemos levar em consideração o acréscimo de veículos em circulação, o acréscimo de condutores e pedestres em trânsito, o crescimento de mercadoria em circulação e em razão inversa destes crescimentos o enfraquecimento gradativo do efetivo para fiscalização da malha rodoviária.

Outro mecanismo para avaliação do desempenho operacional são os comparativos de apreensões realizadas, em especial, as relativas aos delitos de tráfico de substância entorpecentes, roubo e furto de veículos, contrabando, descaminho, armas e munições.

Neste mecanismo o método de aferição é mais complexo e depende de uma análise muito rigorosa por parte da administração, pois nem sempre é correto afirmar que o acréscimo ou diminuição do número de apreensões reflete a eficiência ou ineficiência do meios disponibilizados para uma efetiva fiscalização.

É sabido que as organizações criminosas possuem formas de atuações sazonais, que ocorrem a migração de quadrilhas especializadas entre as unidades da federação e isso interfere sobremaneira nos índices, pois se a fiscalização for intensificada em determinada região há uma tendência natural dos grupos criminosos de atuarem em regiões onde a presença do Estado é menos atuante.

Um exemplo clássico deste fator foi a redução dos índices de criminalidade na cidade do Rio de Janeiro por ocasião dos jogos Panamericanos, onde houve a intensificação da fiscalização através do reforço de efetivo em todos os órgãos que compõem a Segurança Pública, não obstante disso, algumas unidades da federação tiveram os índices com acentuada elevação neste mesmo período em função da redução do número do efetivo disponível para exercer a fiscalização.

Dessa forma é inviável a apresentação de metas específicas de desempenho operacional, por ser inconcebível que a Superintendência Regional ao realizar um planejamento anual de suas atividades tenha como meta a apreensão de quantidade predeterminada de substância entorpecente, de veículos furtados, de armas, etc...

Seria até utópico a criação de um indicador para mensurar a eficiência, a eficácia ou a efetividade das ações voltadas ao combate da criminalidade, senão vejamos:

- Um resultado é eficiente quando é obtido com a melhor qualidade, nos tempos mais curtos possíveis e com otimização de recursos. A eficiência estabelece a relação das cargas de trabalho com os recursos empregados, avaliando a ocorrência de mais produtos ou serviços pelo mesmo custo. Cabe frisar a dificuldade de estabelecer parâmetros de avaliação, por exemplo, a administração planeja uma operação específica com o emprego de efetivo de 10 policiais e realiza a apreensão de 10 Kg de substância entorpecente e no outro extremo do estado onde conta com apenas dois policiais no serviço de fiscalização, realiza a apreensão de uma tonelada do mesmo entorpecente. Como mensurar a eficiência neste caso? A primeira impressão é a de que a apreensão de uma tonelada foi mais eficiente. No entanto, analisando sobre outro prisma 10 kg de entorpecentes são mais fáceis de camuflar, o que aumenta o grau de dificuldade na sua localização. Ainda neste aspecto devemos levar em consideração a quantidade de veículos que circulam em cada rodovia, se a rodovia é rota usual do tráfico, se é próxima a fronteira com outros países, dentre outras variáveis.
- Um resultado é eficaz quando a instituição está atingindo seus objetivos ou metas, a partir da comparação entre o volume de desempenho real, com o montante do resultado desejados, independentemente dos custos implicados. Denota-se também a dificuldade de estabelecer metas nas ações voltadas ao combate da criminalidade. Como preestabelecer que devem ser apreendidas uma quantidade exata de substância entorpecentes, uma quantidade X de pessoas com mandado de prisão ou ainda uma quantidade Y de veículos roubados?
- Um resultado é efetivo quando os impactos da atuação da unidade dão cumprimento às suas responsabilidades Institucionais, às diretrizes e aos objetivos estratégicos da Unidade. Diante dessas considerações emitidas, apresentamos para análise da gestão operacional, as principais atividades realizadas, os indicadores e quadros comparativos de apreensões realizadas no exercício 2007.

Operações realizadas no âmbito da 3ª Superintendência Regional

Nº OM	Descrição/Tipo	Período	nº de policiais
01	Operação Carnaval 2007	16/02 a 21/02	14
02	Apoio ao CDDH-Proteção a Testemunha	08 e 09/02	14
03	Apoio a Receita Federal	15/02	04
04	Apoio ao Núcleo de Inteligência	26 e 27/02	06
05	Apoio a Justiça Federal em Corumbá/MS	28/02 a 02/03	06
06	Apoio a Delegacia PRF Dourados- Motomaratona	18/03 a 19/03	02
07	Apoio a Delegacia PRF Coxim - Motocross	24/03 a 25/03	02
08	Comando de fiscalização de tacógrafo	28/03	Toda Regional
10	Apoio a Polícia Civil de Anastácio/MS-Escolta de presos	04/04	06
11	Operação Duas Rodas	23 a 25/04	04
12	Apoio a Delegacia PRF de Anastácio	18 a 21/04	03

15	Escolta de Presos Federais	28/04	02
17	Escolta de Presos de Corumbá/MS para Campo Grande/MS	11/05	05
18	Escolta de Presos para Penitenciária Federal	11/05	05
19	Apoio a Delegacia PRF Dourados- Expoagro	17 a 27/05	06
20	Operação Anjo do Asfalto	18 e 19/05	17
21	Apoio a Delegacia PRF Três Lagoas- Expotrês	14 a 18/06	02
22	Apoio a Delegacia PRF Paranaíba- Op. Corpus Christi	07 a 11/05	07
23	Operação Malote	01 a 04/06	04
24	Apoio ao 9º Batalhão de Engenharia de Combate	30 e 31/05	01
25	Operação Stock Car em Campo Grande/MS	02 e 03/06	06
28	Operação de Escolta de Entorpecentes-Anastácio/MS	19/06	07
29	Operação Mike Papa	26/06	32
30	Escolta da Tocha Panamericana	28/06	09
31	Escolta Superintendente em Bela Vista/MS	02 e 03/07	04
32	Apoio a Delegacia PRF de Paranaíba/MS- Exposição em Cassilândia	20 a 23/07 e 27 a 30/07	08
33	Escolta do Sr. Presidente da República em Campo Grande/MS	31/07	04
34	Apoio a Delegacia PRF de Três Lagoas	10 a 12/08 e 17/08 a 20/08	07
35	Apoio a Delegacia PRF de Anastácio	20 a 24/08	07
36	Desfile Cívico de Aniversário de Campo Grande/MS	26/08	24
37	Operação Força Integrada-Apoio ao Ministério Público	28 e 29/08	26
38	Operação Pantaneta	05 a 09/09	26
39	Desfile Sete de Setembro	07/09	33
40	Comemoração Semana Nacional do Trânsito	21/09	25
41	Apoio a Receita Federal-Incineração Agrotóxicos em Suzano/SP	26 a 29/09	06
43	Apoio a Receita Federal – Incineração em Ribas do Rio Pardo/MS	02/10	04
44	Operação Nossa Senhora Aparecida	10 a 15/10	12
45	Escolta de Presos	10/10	12
46	Operação de Combate a Exploração Infante-Juvenil	12 e 13/10	08
48	Operação Guaira	17 a 24/10	10
50	Apoio a Delegacia PRF de Jardim	06 a 09/11	05
51	Escolta do Superintendente na Cidade de Porto Murtinho	06 a 08/11	04
52	Operação Fórmula Truck em Campo Grande	11/11	04
53	Operação Proclamação da República	15 a 19/11	13
54	Apoio a escolta de presos Dourados/Campo Grande	22/11	12
56	Apoio a Delegacia PRF de Jardim	23 a 26/11	04
57	Apoio a Delegacia PRF de Anastácio	26 a 30/11	04
58	Apoio a Delegacia PRF de Coxim	26 a 30/11	04
59	Fiscalização Nacional RNTRC-2007	27 a 29/11	21
61	Apoio a Delegacia PRF de Paranaíba	04 a 08/12	08
62	Apoio a Delegacia PRF de Jardim	04 a 08/12	04
63	Operação Peso na Delegacia De Anastácio	10 a 13/12	04
64	Apoio a Delegacia PRF de Bataguassu	11 a 14/12	04
65	Operação Concurso PRF 2007	CANCELADA	
66	Apoio a Delegacia de Dourados	17 a 21/12	06

67	Operação Saturação Natal 2007	22 a 24/12	12
68	Deslocamento para Buscar Harley Davidson em Brasília	08 a 11/08	02
69	Apoio a Delegacia PRF de Paranaíba	10 a 14/12	05
70	Apoio a Receita Federal	14/12	06
71			
72	Operação Guardião- Apoio ao CDDH-Proteção a testemunha	18 e 19/12	14
73	Apoio a Delegacia PRF de Paranaíba	19 e 20/12	04
74	Operação Saturação Ano Novo	27 a 30/12	20
75	Apoio a Delegacia PRF de Três Lagoas/MS	26 a 29/12	08
76	Operação Sangue Bom	21 e 22/12	06

Operações em outras Unidades da Federação com emprego de efetivo da 3ª SRPRF/MS

Nº OM	Descrição/Tipo	Período	nº de policiais
09	Apoio a Operação “Rota Sul” - MT	01/04 a 07/04	04
13	Deslocamento para o Rio de Janeiro – Operação Aliança RIO – O.S nº017/2007/CGO	20/04 a 19/05	08
14	Deslocamento para o Rio de Janeiro – Curso de Técnicas Policiais de Combate ao Crime	30/04 a 14/05	08
16	Deslocamento para o Rio de Janeiro – Operação Aliança RIO – O.S nº017/2007/CGO	07/05 a 20/05	04
26	Deslocamento para o Rio de Janeiro – Motociclistas Panamericano	05/06 a 01/08	20
27	Deslocamento das Equipes Táticas para o Rio de Janeiro- Panamericano	25/06 a 01/08	22
42	Deslocamento para Brasília – Operação Trânsito Seguro	01/10 a 10/10	06
47	Apoio a Missão Cruls- Ordem de Serviço nº051/07/CGO	16/10 a 15/11	04
49	Operação Araribóia – Estado do Maranhão	01 a 30/11	08
55	Operação Tucuju – Estado do Amapá	01 a 15/11	02
60	Apoio a Operação ANTT/GOC-RJ	01 a 09/12	02
71	Operação Trânsito Livre III – Foz do Iguaçu/PR	16 a 22/12	06

Quadro comparativo de apreensões

OCORRÊNCIA	2006	2007	DIFERENÇA PORCENTUAL
COCAÍNA	824,44	1.005,72	22%
MACONHA	24.060,2	11.618,62	-52%
HAXIXE	58.466	73.683	26%
ARMAS DE FOGO	60	62	3%
MUNIÇÕES	22.322	9.386	-58%

VEICULOS RECUPERADOS	126	145	15%
PESSOAS ENCAMINHADAS	1497	1.644	10%
CIGARROS CONTRABANDEADOS	357.342	326.968	-8%
EQUIP. ELETRÔNICOS/INFORMÁTICA	51.124	29.975	-41%
CD's/DVD's	290.748	249.836	-14%

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

A 3ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal não possui sistema de Previdência Complementar Patrocinada.

7. INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL

A 3ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal não possui nenhum projeto ou Instituição beneficiada com renúncia de receita pública federal.

8. OPERAÇÕES DE FUNDOS

A 3ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal não possui nenhuma operação em fundos.

9. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS (Conforme Anexos II e X da DN-TCU 85/2007)

A 3ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal não consta no rol de Unidades Jurisdicionadas ou Grupo de Unidades Afins que devem apresentar informações específicas em seu Relatório de Gestão.

**ANEXO A – DEMONSTRATIVO DE TOMADAS DE
CONTAS ESPECIAIS** (Conforme Item 12 do conteúdo geral por natureza
jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Em 2007 não houve instauração de procedimento de Tomada de Contas Especial.

**ANEXO B – DEMONSTRATIVO DE PERDAS,
EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES**
(Conforme item 13 do conteúdo geral por natureza Jurídica do Anexo II da DN-TCU-
85/2007)

Não houve ocorrências de Perdas ou Extravios no exercício 2007.

**ANEXO C – DESPESAS COM CARTÃO DE
CRÉDITO CORPORATIVO** (Conforme item I – 1.8 do Anexo X da DN-
TCU-85/2007)

A 3ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal não utiliza o sistema de Cartão de Crédito Corporativo.

ANEXO D – RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE (Conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

1. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Não houve recomendação ou determinação no exercício 2007.

2. CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO

2.1 - Controladoria Geral da União – Relatório de Auditoria n.º 189598

a) **Assunto: Consistência das metas**

Recomendação: Reitera a determinação do Tribunal de Contas da União no sentido de que a unidade proceda o estabelecimento de metas físicas de forma a propiciar o acompanhamento/avaliação de resultados da unidade.

Providências adotadas e resultados obtidos: Em atendimento a recomendação contida no relatório de Auditoria, estão sendo adotadas todas as providências quanto ao estabelecimento de metas físicas de forma a propiciar o acompanhamento e avaliação dos resultados desta Unidade.

b) **Assunto: Economicidade dos processos gerenciais**

Recomendação: Adotar medidas efetivas no sentido de implantar a verificação de economicidade por meio de indicadores, de forma a atender ao Acórdão 1.983/2006 – TCU – 2ª Câmara.

Providências adotadas e resultados obtidos: Em atendimento a recomendação contida no relatório de Auditoria, estão sendo adotadas todas as medidas no sentido de implantação de indicadores que permitam aferir a eficácia, eficiência e economicidade das ações administrativas.

c) **Assunto: Contratos sem Licitação**

Recomendação: Reitera os termos do item 9.3.5 do Acórdão 1.983/2006 TCU – 2ª Câmara no sentido de melhor planejamento de suas necessidades de aquisição de bens e serviços, visando evitar dispensas de licitação acima do valor limite previsto no art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93, combinado com o art. 23, inciso II, alínea “a” da mesma Lei.

Providências adotadas e resultados obtidos: Em atendimento a recomendação contida no relatório de Auditoria, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal está criando as Unidades Centralizadoras de Compras – UCC, a fim de efetivar o planejamento de execução nacional de compras do DPRF, onde serão realizadas compras corporativas através do SRP – Sistema de Registro de Preços, mediante a modalidade licitatória de Pregão, com distribuição de competências para tornar mais ágil e eficiente a prestação dos serviços à comunidade, objetivando propor um modelo de centralização das compras do DPRF, como estratégia logística para melhoria da gestão de materiais, padronização e vantajosidade com economia de escala.

**ANEXO E – DEMONSTRATIVO DE
TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO**
(Conforme item I-1.3 do anexo X da DN-TCU-85/2007)

- Não Houve

ANEXO F - ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO (Conforme item 11 do anexo II da DN-TCU-85/2007)

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	00	00
Desligamento	07	07
Aposentadoria	03	03
Pensão	02	02

Todos os atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, admissão e desligamento são encaminhados à Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, onde são adotados os procedimentos de inclusão no Sistema SISAC/TCU, bem como, adotados outros procedimentos que porventura se fizerem necessários.

ANEXO G-DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DE TCE
(conforme indicado no item 14 do Anexo II da DN – TCU 85/2007).

- Não Houve